

Um acordo em perigo

Um mercado quase permanentemente caracterizado pelo excesso de oferta e por preços muito baixos: esta é a situação do açúcar nos últimos anos, um tipo de commodity que não foi beneficiada pela retomada do crescimento nos países centrais nem pela eficiência do Acordo Internacional, que procura sustentá-la a qualquer custo. Este instrumento tem sua funcionalidade cada vez mais questionada e pode perfeitamente deixar de ter a mínima validade a partir do segundo semestre do ano em curso.

Com efeito, as recentes conversações entre produtores e consumidores não marcaram progresso algum no sentido do fortalecimento do acordo. A Comunidade Econômica Européia surge como o grande empecilho, mais uma vez. Antigamente, recusava-se a participar do acordo, sob a alegação de que não lograria resultados positivos e de que o referido contrato era incapaz de defender cotações razoáveis.

Hoje, a CEE concorda em assinar o acordo, conquanto os países produtores reduzam a colocação de sua oferta, para que ela possa escoar 5,4 milhões de toneladas. Até agora, nenhum dos concorrentes aceitou a proposta, embora todos tenham intenção de subscrever um novo acordo, que entraria em vigor a partir de dezembro próximo.

Outra rodada de discussões está marcada para junho, com poucas possibilidades de produzir resultados diferentes dos registrados até o momento. Na realidade, quanto maior a demora para chegar-se a uma solução, maior é a deterioração das cotações do produto. O quadro de produção insiste em apontar para uma oferta anual idêntica ao consumo, o que tem por efeito manter o nível dos estoques demasiadamente elevado em relação à demanda (40%, ou 37 milhões de toneladas). O próprio enfraquecimento do acordo é um fator de estímulo à permanência dos preços em patamares extremamente baixos.

Vale notar, ademais, que a CEE não incluiu o açúcar na relação de produtos que terão seus preços rebaixados, como resultado de uma política global destinada a aliviar um pouco a pressão dos subsídios agrícolas e daquela decorrente do excesso de estoques (o que é o caso do leite, entre outros). Assim, o ânimo dos produtores de beterraba não foi afetado, como demonstra a mais recente estimativa de plantio para a Europa (7,52 milhões de hectares), onde o clima é considerado um aliado precioso, juntamente com o sistema de pagamento da produção.

Cada país detém uma cota da safra européia (cota de açúcar A, como é conhecida), mas pode ainda produzir o açúcar B, além dessa cota, o qual corresponde a uma porcentagem fixa da primeira. Qualquer volume acima deve ser vendido fora da CEE. Esta responsabiliza-se pelos estoques do açúcar B, sem custo algum, pois o remunera a preços inferiores justamente para financiar a operação.

O verdadeiro problema reside, portanto, dentro da CEE, pois não abrindo mão desses subsídios pretende influir decisivamente sobre as receitas cambiais dos países exportadores signatários do acordo. Caso a proposta da CEE vença, o Brasil precisará deixar de exportar cem mil toneladas, o que é uma gota no mar de açúcar mundial, mas significa preciosos dólares para nossa balança comercial.

A exemplo do que ocorre com outros produtos em relação aos Estados Unidos (soja, aço), a perspectiva de um acordo só parece fortalecer-se quando os países em desenvolvimento renunciam a mais uma fatia de mercado, como se tivessem condições de encontrar alguma compensação para isso. Provavelmente não recuperam sua perda de receita via aumento de preços, pois a elasticidade do referido produto (o açúcar) é baixíssima e tende a perdurar nesses moldes por alguns anos. As únicas esperanças residem, assim, numa quebra de safra nesta ou naquela região.

Conquanto o contexto possa parecer pessimista, deixa ainda uma margem de manobra. Internamente, o Brasil poderia perfeitamente empreender uma ampla revisão de sua política do açúcar, de modo a aumentar sua competitividade externa e também reduzir seus subsídios.